**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Bom dia.

Esta reunião de audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços está sendo realizada em razão da aprovação do Requerimento nº 156, de 2018, de minha iniciativa, e tem como objetivo debater sobre o desenvolvimento produtivo e o mercado de trabalho.

Informo que esta audiência está sendo transmitida pelo Youtube, no canal da Câmara dos Deputados.

Para darmos início às apresentações, convido para sentar-se à mesa o Sr. Max Leno de Almeida, Supervisor do Escritório Regional do Distrito Federal do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos — DIEESE, e o Sr. Paulo Vinicius Santos da Silva, Secretário de Relações do Trabalho da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil — CTB.

Informo que o Sr. Ricardo Carneiro, professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, também convidado para esta audiência pública, não pôde comparecer, em virtude de incompatibilidade da agenda.

Antes de passar às exposições, desejo informar as regras de condução dos trabalhos desta audiência pública.

O convidado deverá limitar-se ao tema em debate e disporá de 20 minutos para as suas preleções, não podendo ser aparteado. Após as exposições, serão abertos os debates. Os Deputados interessados em interpelar o palestrante deverão inscrever-se previamente e poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto em exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelos mesmos prazos.

Quero agradecer a presença aos convidados Max Leno de Almeida e Paulo Vinicius Santos da Silva e saudar todos os que estão acompanhando esta sessão de audiência pública, que faz parte de um conjunto de painéis para tratar de temas relacionados ao desenvolvimento. Este é o quarto e último painel que estamos realizando neste semestre. O objetivo é dar continuidade após o recesso.

Esta Comissão de Desenvolvimento Econômico pretende dar uma contribuição para a reflexão sobre as questões relacionadas ao desenvolvimento e, num ambiente político-eleitoral, fazer com que essas reflexões sirvam para a análise da sociedade a respeito das intervenções aqui feitas.

Passo a palavra ao Sr. Paulo Vinicius Santos da Silva, para que faça a sua exposição, no tempo de até 20 minutos.

**O SR. PAULO VINICIUS SANTOS DA SILVA** - Bom dia.

Primeiramente, eu queria agradecer a iniciativa ao Deputado Daniel Almeida, um baiano de origem operária que certamente está preocupado com a dificílima situação de milhões de brasileiros que estão desempregados e têm dificuldade de prover de pão a mesa de suas famílias. S.Exa. convida a Câmara dos Deputados a fazer uma análise, em debate com a sociedade, sobre um conjunto de fatores de natureza política que, em nossa perspectiva, nos trouxeram até esta situação de desalento e desemparo de boa parte da população brasileira e de profunda insegurança face ao futuro. Então, eu considero que o Deputado demonstra, mais uma vez, um grande compromisso com o povo e com a classe trabalhadora, na medida em que faculta o debate nesta Casa, que infelizmente contribuiu, a partir de uma maioria conservadora, para a situação atual que nós vivemos.

Nós não podemos discutir a situação do mercado de trabalho e do desenvolvimento brasileiro, neste momento, sem fazer um retrospecto histórico. O nosso País enfrenta desafios enormes ainda relacionados à sua afirmação como nação, ao seu projeto nacional. Houve um primeiro avanço civilizatório com a Abolição da Escravatura, em 1888 — acabo de ver aqui a companheira Santa Alves, militante do movimento negro, da UNEGRO. A Abolição da Escravatura foi uma grande vitória do povo. Entretanto, foi feita sob o controle da elite escravocrata, que, para diminuir os efeitos, continuou tratando o povo como escravo.

Isso só vai ser minimamente corrigido a partir de um segundo avanço civilizacional, que está circunscrito à aprovação da Consolidação das Leis do Trabalho e ao conjunto de medidas que propiciaram a industrialização brasileira, sob o Governo Vargas, tanto na primeira fase, num Governo autoritário, quanto na segunda fase, num Governo eleito pelo povo. Exatamente por uma opção a favor do povo, o Governo Vargas foi derrubado, através de uma grande manobra que levou Vargas ao suicídio. Aquele suicídio acabou adiando o golpe militar que se daria contra Vargas, numa tentativa de destruição do seu projeto, por mais 10 anos.

Nós tivemos esses dois grandes saltos civilizacionais, representados pela Abolição da Escravatura e pelo processo de industrialização brasileira e do reconhecimento do proletariado brasileiro, da classe trabalhadora brasileira. No entanto, no Brasil, persiste uma visão que é contra a maioria do povo e estrutura o País como uma sociedade que tem cidadãos de primeira e de segunda classes. Essa, na verdade, é a percepção que nós temos hoje. Existe um Brasil com cidadãos de primeira e de segunda ordem, reproduzindo, portanto, uma lógica subalterna de Brasil. Isso se evidenciou depois de um período também marcado por várias alterações.

Em busca dessa questão do projeto nacional de desenvolvimento, eu queria destacar particularmente o ciclo recente iniciado com a chegada do ex-Presidente Lula à Presidência da República, que terminou em 2016, através de um golpe de Estado. O Presidente Lula — talvez por isso esteja preso — defendia um projeto de pacificação e de desenvolvimento em que cabiam desde banqueiros, trabalhadores, representantes do agronegócio até a população mais miserável do País. Pode-se dizer que era uma utopia, mas o fato é que o Presidente Lula não perseguiu adversários e não trabalhou para a divisão do nosso País.

Esse projeto também incluía um setor produtivo nacional pujante, representado por uma indústria de petróleo e gás que se dinamizava através da perspectiva do pré-sal; integrava também grandes empreiteiras, que faziam inclusive concorrência contra os Estados Unidos e outros países do mundo; envolvia também um setor da indústria de processamento de carnes; envolvia inclusive o setor do agronegócio; mas, sobretudo, garantia uma grande vantagem, uma grande margem de manobra para o setor financeiro brasileiro, que, ao longo desse período da história, vem se afirmando como setor nitidamente parasitário na economia brasileira.

Nós pagamos aos bancos o nosso sofrimento diário, ou seja, boa parte da angústia dos pais de família que nos escutam, das mães de família que nos escutam, dos 67% de brasileiros endividados com o cartão de crédito, dos endividados através dos financiamentos imobiliários, das pessoas que estão perdendo as suas casas e estão sendo colocadas nas ruas. Esse setor não consegue identificar quem é o seu inimigo, quem está lhe tirando o sangue, a vida. E eu queria dizer que seu inimigo é exatamente esse setor rentista parasitário da sociedade brasileira, um setor que foi preservado no seu poder durante esse acordo, que era um acordo de paz nacional.

Outro setor também preservado nesse acordo foi a imprensa monopolizada ligada ao poder político oligárquico brasileiro. Refiro-me àqueles que receberam as concessões de rádio e televisão através dos Governos de Sarney, cujo Ministro era Antônio Carlos Magalhães, ou do Governo Fernando Henrique Cardoso, que configuraram uma realidade do sistema de radiodifusão brasileiro e das televisões absolutamente oligarquizada, em mãos de quatro ou cinco famílias, que são os donos da verdade no Brasil até hoje. Esses setores não foram atacados. A própria composição política daquele período também não atacou esses setores oligárquicos que, hoje, inclusive se expressam mais claramente no seu caráter antipovo no Congresso.

Com o avançar da crise iniciada em 2008, esses três setores parasitários da sociedade brasileira — a imprensa golpista, o setor financeiro e essa oligarquia política que detém a maioria do Senado e da Câmara — aliaram-se a setores da alta burocracia estatal brasileira, principalmente no Judiciário, no aparato policial judiciário, compondo uma coalizão que, infelizmente, não só destruiu a possibilidade de uma paz social, mas efetivamente colocou brasileiro contra brasileiro, através do golpe de Estado de 2016, que depôs a Presidenta eleita e rasgou o parágrafo único do art. 1º da Constituição Federal, que foi violentada. Neste artigo, está dito que todo o poder emana do povo. No entanto, não foi respeitado o direito do voto do brasileiro em 2014. Houve uma manobra parlamentar espúria que atribuiu falsamente um suposto crime, jamais provado, à Presidenta Dilma Rousseff, para justificar a sua deposição.

Quando essa coalizão rasgou o parágrafo único do art. 1º da Constituição Federal, ela não o fez à toa, mas, sim, porque buscava implementar um projeto político que jamais passaria pelo voto popular. Jamais o povo brasileiro concordaria com as medidas que este Governo ilegítimo de um usurpador, que é o Governo Temer, tem aplicado no nosso País. Portanto, isso se fez contra um modelo que pode sofrer críticas por suas fragilidades e erros, mas efetivamente proporcionou anos de felicidade, prosperidade e direitos para o povo brasileiro. Isso porque, ao lado de não terem, digamos assim, destruído esses setores —ou combatido esses setores parasitários como deveriam —, os Governos Lula e Dilma não esqueceram a população mais pobre. Foi o tempo em que acabou a fome no Nordeste; foi o tempo em que houve a cisterna de placas; foi o tempo em que o salário mínimo aumentou, graças a um acordo feito, inclusive, com a mediação das centrais sindicais, que permitia ser o aumento salarial anual concedido a partir de duas variáveis: o valor da inflação do ano precedente e o valor do PIB dos 2 anos anteriores, para assegurar o aumento da renda dos trabalhadores durante um tempo. Então, foi um período em que houve o aumento do número de carteiras assinadas e o aumento dos direitos; em que a população mais fragilizada foi protegida da fome. Ao mesmo tempo, houve um crescimento do mercado de trabalho, que nos trouxe uma situação de praticamente pleno emprego. No ano de 2010, Lula conseguiu fazer com que o Brasil crescesse 7%, se não me engano, e foi o maior crescimento dos últimos anos.

Portanto, houve uma revolta das elites contra o povo, para que o povo pagasse pela crise. Foi a ruptura de um pacto nacional, que se pode criticar, mas que ofereceu, no lugar daquele pacto, um poder discricionário sem o voto popular de setores que não estão interessados no desenvolvimento nacional.

Então, as vicissitudes que o povo brasileiro vive hoje não se devem a um problema do acaso; devem-se a uma nova pirâmide social brasileira, que joga o povo para uma situação de exclusão e eleva a um poder central os eleitores de primeira classe. Isso porque há dois tipos de eleitores brasileiros: o eleitor que me ouve agora pela *TV Câmara* e o que está aqui — nós como eleitores —, e existe o mercado, que é um eleitor privilegiado. E o mercado não é o de quem produz e trabalha. O mercado é exatamente o setor parasitário rentista, que vive do suor do povo brasileiro e da especulação em cima dos juros da dívida pública. É o poder discricionário do partido da imprensa golpista, que é o dono da verdade do Brasil e quer nos convencer que o País está bem. Ele foge para a Tailândia, foge para a Rússia, foge para qualquer lugar para não falar do desespero que o povo tem passado, graças a sua agenda, que é nefasta ao povo brasileiro.

E fez também com que esse setor oligárquico e empresarial malsão, que nada produz, lograsse a destruição da proteção ao trabalho, a destruição daquela carta, daquele diploma de independência que Getúlio deu aos trabalhadores brasileiros. E por eles, para que não fosse destruído esse diploma, deu um tiro no peito. Getúlio deu um tiro no peito para proteger a Nação brasileira e o direito dos trabalhadores. E este Congresso, com a sua maioria conservadora e com o voto contrário de Daniel Almeida e de poucos Deputados legítimos, e que merecem ser reconduzidos à casa do Povo, retirou esse diploma. Ele disse o seguinte: a situação do mercado de trabalho melhoraria se se permitisse que as mulheres pudessem trabalhar grávidas, em ambiente de periculosidade média e baixa; melhoraria o ambiente de trabalho se as mulheres lactantes pudessem trabalhar em ambientes de periculosidade média, alta e baixa; seria melhor para o trabalhador se ele não tivesse direitos, se ele pudesse ter maior dificuldade para acionar a Justiça, quando o patrão descumpre o seu dever junto ao trabalhador; seria melhor para o trabalhador a perda de todas as garantias, inclusive, a perda das suas entidades representativas; seria melhor o trabalhador perder 90% do financiamento das suas entidades sindicais, recurso que financia a sua luta, a defesa de seus direitos, os escritórios jurídicos que defendem os trabalhadores, as rescisões que são revistas pelos sindicatos, quando o patrão está enrolando o empregado. Se você tirasse toda essa proteção dos trabalhadores, isso melhoraria o emprego para o brasileiro.

Pois é, eles falam coisas realmente absurdas e inacreditáveis, e encontram quem as defenda. É algo inacreditável, é uma história da carochinha, é uma cara de pau imensa, na verdade.

E o resultado está aí, após 7 meses: tanto nos debates organizados pela Fundação Getúlio Vargas, quanto na perspectiva do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA, os dados serão apresentados aqui e apontam para o básico, no sentido de que, se economia brasileira não produz, se ela não aposta em quem vai consumir, como ela vai crescer? Para quem o empresário vai vender?

É preciso dizer que o golpe de 2016, que opôs brasileiro contra brasileiro, destruiu um setor nascente de empresários, que entraram nessa onda, que vestiram verde e amarelo, e depois viram suas empresas, uma após a outra, quebrar, tendo que demitir os trabalhadores. É preciso dizer que eles foram enganados, porque esse setor golpista promoveu uma verdadeira liquidação da economia brasileira.

Não se trata de defender, em hipótese nenhuma, a corrupção. Mas eu queria citar o exemplo da Alemanha nazista. A Alemanha nazista contava com um conjunto de empresas, e adotou uma postura que não foi só corrupta, mas desumana, porque utilizou trabalho escravo de judeus, utilizou-se das benesses do nazismo para poder angariar lucro. São empresas que existem até hoje, que eu não vou citar por medo de processo, mas que todos podem conhecer, basta uma breve pesquisa. Qual foi o tratamento dado a essas empresas pelo Estado alemão depois da Segunda Guerra Mundial? Elas foram destruídas? Eles disseram: *“Não, nós alemães somos um povo que assa gente e vamos, por isso, destruir nossas empresas, porque não merecemos ter empresas”.* Eles disseram isso? Não, foram punidos os criminosos e preservadas as empresas.

No Brasil, a discussão sobre a defesa do combate à corrupção foi corrompida a tal ponto que aqui se destroem as empresas e os ladrões vão para casa. Foi feito isso, ninguém teve preocupação. E o sistema jurídico brasileiro é o mesmo que o Tribunal de Contas, primeiro, manda parar obra e depois vai verificar o que aconteceu efetivamente de errado. Portanto, fala-se de insegurança quando ao investimento produtivo, mas, lamentavelmente, essa insegurança veio sobretudo do arcabouço jurídico, que permitiu a manipulação política da luta contra a corrupção. E isso foi feito de modo antinacional, porque ninguém pode dizer que a destruição de toda a indústria de construção pesada do Brasil fez um bem aos trabalhadores e ao povo; assim como a destruição do setor de petróleo e gás do Brasil e, agora, o processo de venda, de tentativa absurda de retirar o pré-sal dos brasileiros — o pré-sal, que ajudaria a educação e a saúde, está sendo liquidado, assim como a reserva da produção nacional na exploração do pré-sal. Em que isso serviu ao Brasil? Em que serviu ao Brasil a destruição do Programa Nuclear Brasileiro? Em que serviu ao Brasil a prisão do Almirante Othon? Em que serviu ao Brasil esse clima de polícia, com 150 mil fases de uma novela policial? Efetivamente, essa é uma novela política de destruição da economia brasileira. Ela está na razão de centenas de milhares de desempregados no Brasil.

Esse setor acabou, na verdade, cumprindo um papel contra a Nação brasileira, um papel que está sendo exercido pelo Governo golpista. Como se não bastasse retirar direitos dos trabalhadores; como se não bastasse destruir setores industriais fundamentais do Brasil; como se não bastasse tirar o direito do voto popular de definir o futuro do Brasil; como se não bastasse prender o candidato que tem mais votos nas pesquisas por uma farsa judicial, para impedir o povo de votar, eles agora querem destruir a Caixa Econômica, a PETROBRAS, o Banco do Brasil, o BNDES, as empresas públicas, que são outro pilar fundamental do projeto nacional de desenvolvimento.

Também é preciso dizer que, na etapa precedente, pela primeira vez o povo pôde entrar numa agência bancária e ser atendido como gente. Foi a primeira vez! Eu me lembro do depoimento de um trabalhador rural da Bahia que circulou pelo WhatsApp, em que ele começava a falar das razões pelas quais era contra o golpe e, num momento, chorava. E qual foi o momento em que ele chorou? Quando ele disse que o pai e a mãe dele, trabalhadores rurais semianalfabetos, foram recebidos e tratados como gente dentro do Banco do Brasil. Na hora em que ele fala isso, desaba a chorar, porque foi isso o que aconteceu com o sistema financeiro sob os Governos Lula e Dilma. Ele se abriu à população e permitiu que ela tivesse acesso ao crédito, permitiu ao pequeno empresário ter acesso a recursos financiados pelo BNDES para tocar sua loja, sua pequena metalúrgica, sua propriedade rural. O PRONAF ampliou-se enormemente, entregou mais de 100 bilhões de reais em financiamento rural para o campo brasileiro. Ao lado do Plano Safra, havia também o financiamento da agricultura — e veio aqui um companheiro da CONTAG —, propiciando, portanto, assegurar condições para a soberania alimentar brasileira. Essa é uma das razões, inclusive, da diminuição da fome no País.

O sistema financeiro brasileiro, estruturado de maneira tão injusta sobre o castelo de cartasda dívida pública, que tão alto cobra do nosso povo, abriu uma janelinha para o setor produtivo através do BNDES, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, do BASA, do BNB, dos bancos de fomento, para poder alavancar a economia brasileira, para tentar diminuir essa relação.

Então, existe, de fato, um problema de vingança, porque o que acontece hoje é a tentativa de destruir exatamente esses pilares, que são fundamentais para o desenvolvimento nacional. Se nós não tivermos, além das indústrias que eu citei, a Caixa Econômica, o BNDES, o BASA, os bancos públicos... Hoje há uma luta nacional de todas as estatais. Não apenas o Banco do Brasil, mas também os Correios, a PETROBRAS, o sistema ELETROBRAS estão sendo negociados por um pessoal que não tem nem voto nem moral para mexer no patrimônio do povo. E estão fazendo isso para entregá-lo a potências estrangeiras e ao setor parasitário e rentista, que abandona as suas responsabilidades sociais e quer apenas lucro em torno do povo brasileiro. Nós acreditamos que a situação que vivemos presentemente não tem muita novidade, porque ela estava desenhada lá no começo.

Mas nós precisamos perceber que é preciso uma saída para o Brasil. Nós não podemos acreditar, e minha fala vai tomando esse tom, que vamos ter uma recuperação econômica, uma recuperação do emprego, uma recuperação do mercado de trabalho sem um pacto que represente um projeto nacional de desenvolvimento — um projeto nacional, porque ele não reúne apenas os trabalhadores. Eu represento aqui uma central sindical. Nós acabamos de lançar a Agenda Prioritária da Classe Trabalhadora. Represento a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil; falo, portanto, por trabalhadores. Mas digo que, sem um pacto entre quem produz e quem trabalha, não será possível levar o Brasil adiante. Nós não achamos, ao contrário de alguns, que o pecado de ter acreditado nas mentiras da mídia deve condenar uma parcela do povo brasileiro ao eterno degredo de sua participação política. Nós achamos que é preciso repactuar a Nação brasileira a partir do seu povo. Mas é preciso também repactuar a Nação brasileira no sentido de procurar um projeto para o País que preserve os seus instrumentos de desenvolvimento. Portanto, uma primeira medida para assegurar o emprego é garantir o papel de financiamento da economia dos bancos públicos e não admitir a privatização das empresas públicas.

O segundo motivo pelo qual nós achamos que é preciso retomar o projeto é uma mudança do ordenamento das relações de trabalho, que foram conspurcadas pela reforma trabalhista. Portanto, é necessária a revogação da reforma trabalhista, para assegurar aos trabalhadores os direitos mínimos e condições de trabalho.

E o terceiro elemento, gritante, necessário para recuperar o emprego e o mercado de trabalho brasileiro é acabar com a Emenda Constitucional nº 95, que já está sendo vista por amplos setores como impossível de ser praticada. Ela representa o diploma de escravidão do povo brasileiro diante do sistema financeiro, porque diz que nós não poderemos aumentar nenhuma despesa com o que importa para o povo, como saúde e educação. O povo morrerá à míngua e a máquina pública será paralisada.

Sem esses três fatores nós não poderemos retomar o desenvolvimento nacional nem o emprego. E esses três fatores dependem de um único elemento, meus amigos, minhas amigas: que o povo brasileiro possa escolher livremente seus representantes na eleição de 2018.

Nós não podemos admitir que o direito de voto do povo brasileiro seja novamente violado, porque o resultado da violação desse direito foi exatamente a situação trágica de desemprego e desalento que nós vivemos. É preciso um novo pacto nacional, mas, sobretudo, é necessário que o povo brasileiro possa decidir como tocar a sua vida. O que eles estão fazendo é destruir o País e entregá-lo à sanha da ganância estrangeira.

Viva o Brasil! Viva a unidade do povo brasileiro! Vamos derrotar esse golpe nas eleições de 2018.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Faço nosso agradecimento ao Sr. Paulo Vinicius.

Passo imediatamente a palavra ao Sr. Max Leno de Almeida, que aqui representa o DIEESE.

**O SR. MAX LENO DE ALMEIDA** - Eu gostaria de agradecer ao Presidente da Comissão, Deputado Daniel Almeida, o convite para que nós do DIEESE também pudéssemos dar a nossa contribuição neste importante momento de reflexão da realidade brasileira sob o ponto de vista do desenvolvimento produtivo e, sobretudo, a situação do mercado de trabalho. Quero também parabenizar o Paulo Vinicius pela exposição, trazendo elementos políticos importantes.

No decorrer da minha apresentação, eu também mencionarei algumas informações importantes que ilustram, sem dúvida alguma, todo o desmonte que acabou acontecendo sob o ponto de vista da realidade do mercado de trabalho brasileiro, sobretudo à luz de uma série de iniciativas que acabaram caminhando para a situação em que o mercado de trabalho atual se encontra.

Nesta parte inicial, gostaria de apresentar o DIEESE àqueles que não o conhecem.

O DIEESE é o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, órgão criado pelo movimento sindical em 1955 — portanto, com mais 60 anos de existência. Temos atuado junto ao movimento sindical na produção técnica, nas pesquisas, a partir de um conjunto de informações que subsidiam o movimento sindical e a sociedade para debates os mais variados, inclusive um debate como este, que envolve a questão do desenvolvimento do País e a situação do mercado de trabalho.

Peço licença ao Presidente da Comissão para fazer minha exposição em pé, tendo em vista que nós preparamos uma exposição com um conjunto de informações e dados por meio de eslaides. Fica mais fácil para os senhores acompanharem a exposição com a visualização desses eslaides, que nós desenvolvemos justamente para municiar a parte mais técnica a respeito desse assunto.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Como eu disse, nós desenvolvemos um conjunto de informações para subsidiar este momento. Sei que o tempo é meio curto. Estavam previstos 15 minutos, e nos possibilitaram mais 5 minutos de intervenção. Tendo em vista esse espaço maior, acho que dá para desenvolver bem o conjunto de eslaides que nós preparamos.

Evidentemente, para desenvolver o tema, é necessário entender o contexto geral em que a realidade brasileira está inserida, tanto no aspecto produtivo como no de mercado de trabalho. As transformações que o mundo tem vivenciado nesse contexto de globalização e de transformações no sistema produtivo fazem com que o papel das empresas venha mudando nos últimos anos. Tem mudado a lógica do próprio Estado brasileiro e também dos Estados nacionais.

É bem verdade que o sistema de globalização fez surgir um termo bastante peculiar nesse momento de transformações, as chamadas empresas transnacionais, bastante peculiar neste momento de transformações, que são as chamadas empresas transnacionais, porque elas acabam se inserindo nas decisões de países, até mesmo decisões que envolvam a soberania de determinados países.

Temos percebido mudanças muito significativas na dinâmica do comércio internacional. É bem verdade que isso tem se intensificado ao longo dos últimos anos e servido de aspecto positivo para a realidade nacional, dada a importância do setor exportador para a realidade nacional. E isso tem se concretizado à luz dos números da balança comercial brasileira.

Ao mesmo tempo em que a lógica da globalização traz aspectos positivos, traz também uma série de aspectos para reflexão e aspectos negativos, sobretudo no que diz respeito ao modo pelo qual essas transformações econômicas acabaram acontecendo, de tal maneira que as empresas também passaram por processos de modificação que repercutiram na realidade do mercado de trabalho brasileiro. Algumas dessas consequências estão relacionadas ao próprio sistema de financeirização da economia, e essa não é uma realidade apenas nossa, brasileira.

Na intervenção anterior, o Paulo enfatizou com muitos detalhes alguns dos elementos constitutivos dessa financeirização na lógica nacional, sobretudo dentro da lógica do orçamento público e do Sistema Financeiro Nacional. Os grandes bancos acabam tendo a prerrogativa, nessa financeirização, e se apropriam de uma lucratividade maior do que outros setores produtivos dentro da realidade nacional.

É claro que muitos dos senhores devem estar acompanhando os noticiários com muita tristeza. Essas mudanças no sistema produtivo vêm sendo cada vez mais seguidas pelo processo de degradação do planeta e da nossa realidade nacional. As notícias infelizmente dão conta de que a Amazônia está passando por processos críticos de degradação ambiental, muito inerentes a todas essas transformações que estão acontecendo na realidade internacional e local. Isso gera como consequência que o mundo do trabalho e os trabalhadores sejam os mais atingidos, conforme destacado na exposição anterior. De forma mais grave, de acordo com os próprios números, há os que são mais precarizados, os de classe mais pobre e os próprios trabalhadores.

Com relação ao contexto brasileiro, não podemos esquecer que o Brasil passou por dois momentos extremamente críticos na lógica do crescimento econômico. Nos anos de 2015 e 2016, a produção nacional decresceu mais de 7%, somados os 2 anos. O que nos desanima bastante é o fato de que a cada estimativa lançada no mercado, principalmente por intermédio do boletim *Focus,* do Banco Central, percebemos que os números são cada vez menores.

O início do ano de 2018 começou com uma perspectiva de crescimento da ordem de 2,64%, o que sequer repõe as perdas do País nos últimos 2 anos, que, como eu disse, foi superior a 7%. As sinalizações do boletim *Focus* dão conta de que essas estimativas estão sendo revistas para baixo. A última estimativa divulgada deu sinais de que o crescimento econômico previsto para 2018 será da ordem de 1,79%. É evidente que, por se tratarem de estimativas, os números que serão apresentados no decorrer do segundo semestre infelizmente poderão ser ainda menores, dada essa lógica que temos percebido.

O contexto brasileiro também tem sido bastante caracterizado sob o ponto de vista da redução da taxa de investimento, seja investimento público, seja investimento privado. Se o analisarmos sob o ponto de vista do PIB, que é a produção nacional brasileira... Uma forma de analisá-lo é o que chamamos de análise sob a ótica do dispêndio, a lógica da demanda, em que podemos verificar o comportamento dos grandes agregados macroeconômicos, ou seja, o consumo das famílias, os investimentos que são feitos pelas empresas, os gastos públicos, e, ao mesmo tempo, o setor externo. Esses são os quatro elementos constitutivos de qualquer mensuração de produção em qualquer país, e no Brasil seguimos essa mesma lógica: consideramos tanto a participação dos setores — indústria, comércio e serviços — como os fatores produtivos. Essa análise é muito interessante porque demonstra de que maneira cada um desses elementos contribui ou não para a geração de riqueza para o País.

Quando fazemos essa análise por dentro do PIB, verificamos que um dos elementos de maior participação, sem dúvida alguma, é o consumo das famílias. Por isso, a ênfase dada pelo Paulo é extremamente relevante, tendo em vista que grande parte da produção nacional está ancorada ou vinculada ao consumo das famílias e, consequentemente, à geração de emprego e renda para a sociedade.

Outro pilar importante do crescimento está relacionado à taxa de investimento feito pelas empresas públicas e privadas. Nesse caso, a taxa de investimento vem sendo declinante por dois aspectos que são considerados vitais à realidade produtiva. O primeiro deles é a elevada taxa de juros. Apesar do recente declínio da taxa de juros, ela ainda é muito alta sob o ponto de vista das pretensões em termos de novos investimentos no sistema produtivo. Um outro aspecto são as expectativas, porque as empresas trabalham com cenários futuros, com expectativas sobre como o mercado se comportará. Evidentemente, são projetos de médio e longo prazos, em que os retornos financeiros estão previstos numa perspectiva de médio e longo prazos. Trabalha-se muito no âmbito das expectativas para o mercado nos próximos anos. Inclusive, há sinalizações a respeito de um dos principais custos das empresas, que é o custo financeiro. O que se tem observado é que tanto o custo financeiro, que é a taxa de juros, como também as expectativas, muitas delas negativas no cenário político, econômico e social brasileiro, têm inibido investimentos, principalmente os investimentos privados, que também são geradores de renda e emprego.

Outro contexto brasileiro importante diz respeito ao próprio desempenho do mercado de trabalho, que tem sido bastante influenciado pelos dois contextos anteriormente mencionados. O contexto internacional de modificação produtiva foi intensificado principalmente pelas inovações tecnológicas e também pela própria financeirização econômica mundial e do próprio País e pelas mudanças que aconteceram nos últimos anos na própria realidade do mercado de trabalho, sob o ponto de vista de seus marcos legais, que também foi muito bem mencionado pelo Paulo.

Uma das modificações que ocorreu, sob o ponto de vista da realidade do sistema de relações do trabalho brasileiro, abrange um leque maior que envolve negociação coletiva, representação dos trabalhadores, formas de contratação, etc. O sistema de relações do trabalho foi extremamente mexido com as legislações mais recentes, envolvendo a chamada reforma trabalhista, com a lei de julho, que na prática começou a vigorar em novembro, e vem acarretando alguns resultados extremamente preocupantes para a realidade do mercado de trabalho brasileiro, números sobre os quais vou me ater nesses 6 minutos. Tratarei de informações que trouxemos, tendo em vista que uma das grandes pesquisas que nós, do DIEESE, desenvolvemos, foi a chamada Pesquisa de Emprego e Desemprego. A partir dela, nós procuramos verificar de que maneira vem se comportando o mercado de trabalho brasileiro, à luz das informações das localidades em que nós desenvolvemos essas pesquisas, sob o ponto de vista da geração de emprego, das taxas de desemprego e dos grandes números da realidade do mercado de trabalho brasileiro.

Nos 5 minutos que me restam, eu gostaria de passar algumas informações importantes, que mostram a deterioração do mercado de trabalho brasileiro, recorrente, e ao mesmo tempo inter-relacionadas a esse contexto que acabei de mencionar.

Esse é o grande número. A taxa de desemprego no País aumentou. Em 2014, ela era de 7,2% e, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua — PNADC, hoje ela se encontra em 13,1%. É quase o dobro do que foi praticado no ano de 2014. Isso aumentou ainda mais com a reforma. E a reforma acarreta outros dados extremamente preocupantes, que serão mostrados. Apesar de ser uma questão histórica, a taxa de desocupação continua sendo muito alta, sob o ponto de vista de sexo e raça das mulheres negras e dos homens negros. As taxas são bem mais significativas do que a taxa média, que é sem dúvida alguma uma questão histórica, que foi muito bem resgatada também pelo Paulo, na sua fala. Isso tem se tornado, infelizmente, uma tônica na realidade do mercado de trabalho brasileiro.

Outra caracterização diz respeito aos chamados desalentados. Na nossa pesquisa, procuramos detectar aquelas pessoas que estão desmotivadas a procurar novos empregos no mercado de trabalho. E esse é um número que vem crescendo muito. O primeiro trimestre de 2018 nos mostra que mais de 4 milhões de pessoas em relação a 2 milhões, no primeiro trimestre de 2016, estavam desalentadas com a situação do mercado de trabalho brasileiro, ou seja, extremamente desmotivadas a procurar novos empregos, dada a realidade atual do mercado de trabalho.

Outra referência importante que tem acarretado muita preocupação, quando analisamos o mercado de trabalho, é esse gráfico, que mostra um crescimento muito significativo do que chamamos de empregados no setor privado sem carteira assinada. Os trabalhadores domésticos, por conta própria, têm crescido muito nos últimos anos.

O gráfico amarelo justamente mostra essa tendência de crescimento, mais de 39 milhões de brasileiros, hoje, estão nessa faixa, sem carteira de trabalho assinada, que assegura direitos, assegura mais renda do que outras formas de ocupação. E há também os trabalhadores por conta própria. Nós vamos mostrar aqui a realidade desses chamados trabalhadores por conta própria, para termos ideia da precarização dessa modalidade, que tem crescido muito nos últimos anos.

Esse é um dado preocupante, porque um setor dinamizador da realidade econômica brasileira, sem dúvida alguma, nos últimos anos, é o setor industrial. O setor industrial sempre foi gerador de rendas mais altas do que os outros setores, como o setor de comércio e serviços. A realidade do setor industrial vem sendo também de extrema preocupação do ponto de vista da sua participação em relação ao número de ocupados. Essa análise, que se restringe ao ano de 2015 até o ano de 2018, mostra-nos a queda de participação do número de ocupados nesse segmento da indústria, que vem perdendo postos de trabalho dinamizadores da própria realidade da economia nacional.

Na contramão, os empregos efetivamente gerados, na lógica dos trabalhos precarizados, vêm tendo um crescimento bastante significativo na proporção dos chamados "informais". Esse dado também resgata o ano de 2015 até o ano de 2018, quando nós temos uma proporção significativa. Esse é um dado histórico, não resta dúvida, porque o mercado de trabalho brasileiro, na realidade, sempre foi constituído de trabalhadores formais e de trabalhadores informais. No entanto, o crescimento é que acaba sendo uma forma de alerta para o que está acontecendo na realidade atual, já que no primeiro trimestre em torno de 40% do mercado de trabalho brasileiro foi formado pelo chamado setor informal.

A modalidade trabalhador por conta própria tem crescido muito, sobretudo após a reforma trabalhista. Isso nos traz alguns alertas, algumas preocupações importantes. Por exemplo: em 2017, 23 milhões de pessoas trabalhavam por conta própria, sendo que mais de 5 milhões estavam nessa situação há menos de 2 anos, o que corresponde a 23% desse total.

Apesar de se passar a ideia de que nessa modalidade o trabalhador pode ser o dono do seu próprio negócio, o dono da sua própria empresa — a lógica do chamado empreendedorismo —, o que se percebe pelos números é que a maioria dos trabalhadores por conta própria, 52%, entraram nessa ocupação no período recente, desempenhando o que chamamos de ocupações elementares.

*(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)*

**O SR. MAX LENO DE ALMEIDA** - Eu gostaria de ter mais 5 minutinhos para finalizar essa parte.

O dado que mais preocupa é o fato de que os trabalhadores por conta própria estão com sua renda reduzida em 33%, comparando a outros momentos. Se não me engano, a próxima tabela mostra justamente essas realidades.

Qual era a realidade daqueles trabalhadores que se inseriram no mercado de trabalho por conta própria no Brasil há 2 anos ou mais? A realidade era de um rendimento em torno de R$ 1.685,00, ao passo que aqueles que estão se inserindo no mercado de trabalho por conta própria mais recentemente, até há 2 anos, tiveram o rendimento reduzido de R$ 1.685,00 para R$ 1.133,00, justamente 33% de redução na sua renda.

O gráfico ali é claro. Ele mostra, de maneira bastante esmiuçada, como isso aconteceu do ponto de vista de sexo, raça e cor. Mostra também a deterioração desta modalidade, que é muito apregoada, que é a do trabalhador que se torna dono do seu próprio negócio, voltada a uma lógica empreendedora. Pelo menos sob o ponto de vista da realidade atual, esses números são extremamente preocupantes.

Ao mesmo tempo, outra questão é trazida à tona, em se tratando do trabalho por conta própria: o fato de que muitos deles não têm CNPJ e/ou não são vinculados à Previdência também traz extrema preocupação. Não ter Previdência e não ter CNPJ representa em torno de 77% daqueles que ingressaram como conta própria nos últimos 2 anos, o que reflete na questão previdenciária e também na questão da formalização de empresas dentro na nossa realidade nacional.

No âmbito dessa precarização, sob o ponto de vista do mercado de trabalho, os números que estão expostos neste eslaide também são preocupantes. Tendo em vista que está havendo uma redução da renda das pessoas, dos trabalhadores de uma forma geral, muitos estão partindo para outros tipos de ocupações. Portanto, tem crescido o número de pessoas com mais de um emprego. As pessoas estão se dedicando mais ao trabalho e menos a outras tarefas que poderiam ser positivas à sua realidade pessoal: estudar, fazer uma pós-graduação, obter lazer, estar com a família, profissionalizar-se ainda mais. O tempo está ficando cada vez mais restrito para que tenhamos um capital humano — termo muito utilizado no jargão teórico — aperfeiçoado à realidade do atual mercado de trabalho, que requer um nível de escolaridade maior e um nível de aperfeiçoamento para todas as inovações tecnológicas que têm sido a tônica da realidade nacional, sob o ponto de vista do aspecto produtivo.

Tem crescido também, à luz da lógica da reforma trabalhista, o que chamamos de empregados temporários. A brecha possibilitada pela atual legislação trabalhista fez com que esse número crescesse assustadoramente, a ponto de, no primeiro trimestre de 2018, termos mais de 6 milhões e 500 mil pessoas inseridas nesse tipo de emprego, o que acaba sendo uma consequência dessa nova modalidade de contratação prevista no âmbito da legislação trabalhista.

Sob o ponto de vista da renda, temos outro dado que preocupa. O mercado de trabalho tem revelado que os saldos negativos dos postos de trabalho — representados pelos quadrinhos em vermelho — são referentes aos trabalhadores com rendas mais altas que estão sendo desligados, ao passo que a maior quantidade de admissões — dado do CAGED e do Ministério do Trabalho — está relacionada aos trabalhadores na faixa de 1 salário mínimo a 1,5 salário mínimo.

A quantidade de trabalhadores que estão perdendo postos de trabalho na modalidade de salários mais altos está crescendo bastante. Por exemplo, vemos no quadro que 410 mil trabalhadores que perderam postos de trabalhos nos últimos 12 meses ganhavam entre 1,5 salário mínimo e 3 salários mínimos, sem falar das demais faixas salariais mais altas, em que também ocorre essa realidade de desligamentos. Isso é um dado que preocupa.

À luz também desta nova realidade do mercado de trabalho brasileiro — e considerando também os dados do Ministério do Trabalho —, nós procuramos detectar de que maneira vêm justamente crescendo essas novas modalidades de contratação previstas no âmbito da nova lei, o chamado trabalho intermitente e o período parcial. O total também dá conta de que o saldo é extremamente elevado, sob o ponto de vista das admissões e desligamentos. Há mais admissões que desligamentos, nessa nova modalidade de contratação, o que demonstra um crescimento cada vez mais expressivo dessas formas de contratação no âmbito das empresas, seja o chamado trabalho intermitente, seja o período parcial.

Outro elemento que o próprio Paulo trouxe na sua fala e que está aqui sinalizado pelos próprios números é o chamado desligamento por acordo entre empregado e empregador. O que é isso? A modalidade nova permite que essa forma de desligamento ocorra — é claro que há todo um contexto jurídico em questionamento — de tal maneira que o sindicato não esteja relacionado a este momento tão delicado e ao mesmo tempo importante, o do desligamento do trabalhador. A nova lógica trabalhista tem permitido que isso seja feito nessa modalidade, entre empregador e empregado, enfraquecendo ainda mais a relação sindical entre os trabalhadores e seus respectivos sindicatos, no importante momento em que o sindicato poderia acompanhar esse processo de desligamento, se foi feito dentro dos trâmites legais, se as próprias homologações foram feitas dentro dessa perspectiva.

Finalizo e peço desculpas por extrapolar o meu tempo.

Diante de todos esses desafios que estão colocados, nós do DIEESE, junto com as centrais sindicais, elaboramos 22 propostas. O DIEESE acabou assessorando tecnicamente essas discussões, que envolveram sete centrais sindicais, entre elas, a própria CTB, que estava presente nesse momento importante em que foi discutida, debatida e apresentada o que chamamos de Agenda Prioritária da Classe Trabalhadora. São 22 propostas, que foram evidentemente discutidas no âmbito das centrais e se concretizaram nesse documento.

É claro que, para cada um desses 22 tópicos, é necessário esse pacto, muito bem destacado pelo Paulo, envolvendo o setor produtivo, envolvendo a sociedade, envolvendo as próprias representações de trabalhadores, no intuito de que esse conjunto de ideias, esse conjunto de propostas, esse conjunto de reflexões que ocorreram no âmbito das centrais sindicais possam ter vazão.

E acho que uma atividade como esta é extremamente nesse sentido, Sr. Presidente, de nós também contribuirmos com as ideias do movimento sindical, neste momento importante de reflexão da realidade brasileira, neste importante momento em que o crescimento econômico brasileiro é necessário para que muitas das iniciativas possam trazer efeitos positivos, seja sob o ponto de vista do mercado de trabalho, seja sob o ponto de vista da arrecadação tributária, seja sob o ponto de vista da realidade das próprias empresas.

Eu não vou apresentar as 22 propostas, evidentemente, tendo em vista o meu tempo, mas fiquem à vontade para, tanto na página das centrais como na própria página do DIEESE, procurar saber um pouco sobre as principais ideias. Quero passar rapidamente por algumas delas, sem entrar no mérito.

As propostas envolvem a necessidade de estabelecer uma política de desenvolvimento produtivo; pensar em investimentos estratégicos na área de infraestrutura; garantir às micro, pequenas e médias empresas o acesso ao sistema de inovação, a integração ao mercado interno e externo, a assistência para a gestão e o acesso ao crédito; fortalecer o papel estratégico das empresas públicas dentro desse contexto; ampliar o sistema de ciência, tecnologia e inovação. A questão agrícola também está mencionada nesse documento, como não poderia deixar de ser, no momento em que tenta se fortalecer, a partir dessas premissas, a agricultura familiar e iniciativas casadas com a inclusão no campo. Há também a questão da reforma tributária.

Enfim, há um leque grande, nessas 22 propostas, que passa por todos os elementos que dizem respeito ao aspecto produtivo do País, seja a questão tributária, seja a questão das médias, pequenas e grandes empresas, seja a questão da necessidade de maior investimento na área de infraestrutura. E também se coloca a necessidade de as empresas públicas se inserirem nessa lógica.

Essa foi uma iniciativa louvável do movimento sindical, de que nós do DIEESE nos sentimos muito gratos. Faço este agradecimento, aqui, ao representante da CTB, como fizemos também aos representantes das outras seis centrais que participaram desse processo. Deram-nos a grande possibilidade de, como órgão técnico, assessorá-los nesse momento de discussão.

É claro que, em cada um desses pontos — e finalizo minha fala com esta reflexão —, o verbo já diz tudo: "fortalecer", "promover", etc. Todos esses verbos demonstram a necessidade de que um conjunto maior, a sociedade, as centrais, o próprio setor produtivo, faça valer esses verbos. De que maneira fortalecer, de que maneira investir, de que modo promover? Esse é um debate que, sem dúvida alguma, será saudável, importante e necessário para a atual realidade do País e — por que não dizer? — do sistema produtivo nacional.

Agradeço mais uma vez a oportunidade. Desculpem-me ter alongado no tempo. Achei necessário trazer essas informações a este debate.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Agradecemos ao Sr. Max Leno a exposição. Penso que foram feitas duas abordagens que vão na mesma direção, convergem para uma apreciação e uma visão comuns, com focos que se complementam. Agradeço também ao Sr. Paulo Vinicius, que trouxe uma abordagem sobre o contexto político, os condicionantes e os elementos que formam esse ambiente de crise em todas as áreas, em todos os campos, e especialmente os impactos produzidos na nossa economia, no mercado de trabalho, a origem da crise e quais as principais vítimas, os beneficiários, os desafios políticos que estão postos nessa conjuntura e as saídas.

Esta audiência pública coincide com exatos 8 meses de vigência da reforma trabalhista. Passou a vigorar no dia 11 de novembro. Max Leno levanta dados que são inquestionáveis. É preciso fazer uma reflexão a partir de um balanço que evidencia os danos e os limites que essa reforma impõe ao desenvolvimento nacional e a relação que isso tem com o mercado de trabalho e a qualidade deste; quais são as principais vítimas, os jovens, os negros, as mulheres; a ausência de uma participação minimamente adequada no investimento, num patamar que é o mais baixo dos últimos tempos; e a diminuição da participação do trabalho na riqueza nacional, no Produto Interno Bruto. Não é possível conviver com esta realidade: 23% a mais de trabalho precário e diminuição, em 33%, da remuneração daqueles que estão nessa condição. Isso deve merecer, efetivamente, uma reflexão profunda entre nós.

A contratação por tempo definido ou a contratação temporária também é outro mecanismo de precarização. E os impactos disso na Previdência? Quando se fala de reforma da Previdência, deve-se observar que todo esse arcabouço da reforma trabalhista acaba sendo uma grave agressão à própria Previdência nacional, à própria Previdência pública. Isso é uma contradição brutal!

Também tem ocorrido o desmonte do sistema sindical. O sistema sindical brasileiro está em xeque. De um lado se autoriza a livre negociação, a prevalência do negociado sobre o legislado, mas se retira o oxigênio da estrutura sindical brasileira. Como essa estrutura sindical pode ter o mínimo de força para garantir a proteção dos direitos do trabalhador?

Portanto, acho que esta reflexão é muito importante. Eu queria agradecer aos senhores a abordagem feita aqui, num tom até de desabafo, de grito, de chamamento que a sociedade brasileira precisa fazer, para que o setor produtivo compreenda que este é um país que precisa encontrar o seu desenvolvimento.

E cabe a uma elite do setor produtivo, à elite empresarial, compreender que não é possível entregar aquilo que é nosso, que é o nosso patrimônio. Nós temos um patamar de industrialização que chegou a níveis bastante razoáveis, inclusive com patamar de competição internacional, mas está caindo. Nós estamos perdendo essa competitividade. Estamos entregando as nossas empresas, estamos desnacionalizando e privatizando as nossas empresas nacionais.

Portanto, eu queria realmente agradecer aos senhores. O nosso objetivo é exatamente este: disponibilizar à sociedade dados, elementos e reflexões, a fim de que isso possa fazer parte da decisão de cada um de nós, daqui a pouco tempo: faltam menos de 3 meses para as eleições. Deixo registrado o nosso agradecimento a todos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando os Srs. Parlamentares para reunião deliberativa ordinária a ser realizada em seguida, neste mesmo plenário.

Consulto os membros da Comissão quanto à existência de alguma objeção ao aproveitamento do painel de presença para a reunião deliberativa a ser realizada a seguir. *(Pausa.)*

Não havendo objeção, está mantido o painel para a próxima reunião.

Obrigado a todos.

Está encerrada esta audiência pública.